

Pazzianotto nega plano para mudar gatilho salarial

BRASÍLIA — O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, negou que esteja estudando mudanças no gatilho salarial ou fórmulas para substituí-lo, mas assinalou que o reajuste automático dos salários quando a inflação atinge 20% "não é imutável, ou intolerável".

— Não tenho em relação à escala móvel um compromisso de fé inabalável — disse, enfatizando, porém, que o gatilho salarial é, no momento, a melhor fórmula para proteger os salários da inflação.

Embora o ministério do Trabalho tenha se negado a antecipar os temas, o gatilho deverá ser um dos assuntos da reunião que Pazzianotto terá hoje com algumas lideranças empresariais, como os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco; da Confederação do Comércio, Antonio de Oliveira Santos; da Federação Nacional dos Bancos, Pádua Diniz.

Pazzianotto garantiu que, apesar do apelo do presidente José Sarney em seu pronunciamento no 1º de Maio por uma união nacional para estabilizar preços e inflação, não existe proposta concreta do governo para nova tentativa de um pacto social.

Declarou desconhecer o novo programa econômico anunciado ontem pelo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, limitando-se a comentar que será bem aceito pela classe trabalhadora desde que contribua efetivamente para fazer cair os índices de inflação.

O presidente José Sarney pretende manter a escala móvel de salários, garante um importante assessor presidencial. O governo dá prioridade à redução da inflação, para que seja desnecessária a aplicação do gatilho, prossegue o assessor, admitindo, no entanto, que a redução do salário real, estimada no início do ano pelo Ministério do Trabalho em 12%, contribui para a expectativa de queda da demanda.

O governo conta com a redução nos preços forçada pela retração no consumo, comenta esse assessor presidencial, citando duas causas para essa retração: a redução dos salários e o aumento da poupança, incentivado pela volta da correção monetária. Economistas do governo avaliam que a queda na remuneração das cadernetas de poupança após o Cruzado (quando a correção monetária chegou quase a zero) provocou maciças retiradas — CZ\$ 50 bilhões nos quatro primeiros meses de vigência do plano — que, em grande parte, foram dirigidas para o consumo. Agora, segundo os assessores presidenciais, estaria ocorrendo o inverso: os salários são aplicados na poupança, em lugar de servirem para o consumo.

Apoiado em uma pesquisa do Instituto Gallup, pela qual a maioria da população apoia um acordo pela estabilização de preços e salários, o presidente a tem como prioridade. E o governo, segundo o assessor presidencial, acredita que tem instrumentos suficientes para garantir essa estabilização, pois estima que tem sob seu controle cerca de 70% dos preços dos produtos essenciais à economia.